

OS DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS ESPECÍFICAS PARA EDUCAÇÃO NAS PRISÕES BRASILEIRAS

Profa. Leuzinete Pereira da Silva
Secretária Adjunta de Ensino do Maranhão

Representante do Conselho Nacional de Secretários de Estado da Educação - CONSED



INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o MEC, o Consed - no conjunto das Secretarias Estaduais de Educação, além da Câmara de Educação Básica (CEB/do CNE), o Ministério da Justiça, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), as universidades e outros agentes da educação e da justiça brasileira têm buscado construir referências e experiências para a consolidação de uma política nacional educação de jovens e adultos em situação de privação de liberdade.

CONTEXTO ATUAL

- Ultrapassar a discussão sobre o direito à educação dentro do cárcere;
- Dar efetividade ao ordenamento jurídico nacional e internacional sobre o direito à educação às pessoas privadas de liberdade; e
- Analisar práticas e experiências, procurando instituir programas educacionais qualificados no sistema prisional.

A EDUCAÇÃO COMO UM DIREITO HUMANO

O acesso à educação é em si um alicerce para a efetivação de outros direitos, e sua negação um óbice às demais garantias.

O DIREITO DO PRESO À EDUCAÇÃO

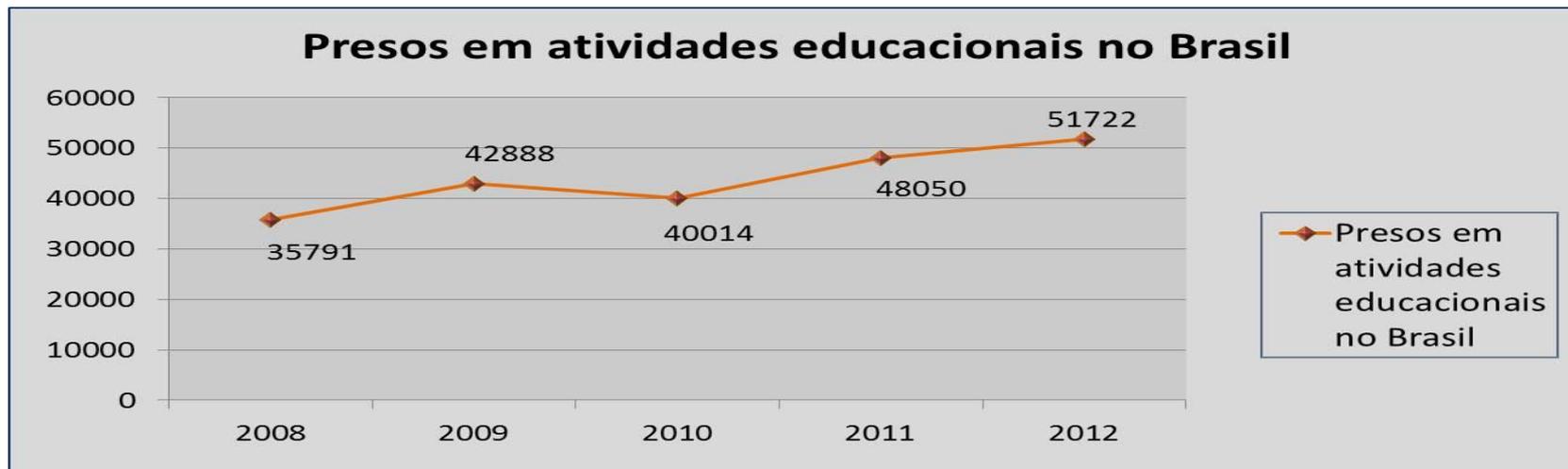
O preso é sujeito de direitos que, salvo as restrições peculiares e inerentes ao instituto da prisão, tem resguardado todos os direitos e garantias decorrentes de sua humana condição.

O DESAFIO DOS NÚMEROS

= 95% das pessoas presas são pobres ou muito pobres, dos quais 60% são jovens na faixa etária entre 18 e 29 anos. Somente 26% estão em alguma atividade laboral; 9% são analfabetos e 53% não concluíram o ensino fundamental.

= De 2008 a 2012 houve uma evolução de 44,5% no total de presos em atividade educacional;

= De 549.747 pessoas presas em 2012 no Brasil, 51.722 estavam em atividade educacional, (94 para cada grupo de 1.000).



O DESAFIO DOS NÚMEROS

De 1994 a 2009:

= queda de 19,3% no número de escolas públicas do país (em 1994 haviam 200.549 escolas públicas contra 161.783 em 2009).

= aumento de 253% no número de presídios (em 1994 eram 511 estabelecimentos prisionais e em 2009, um total de 1.806).

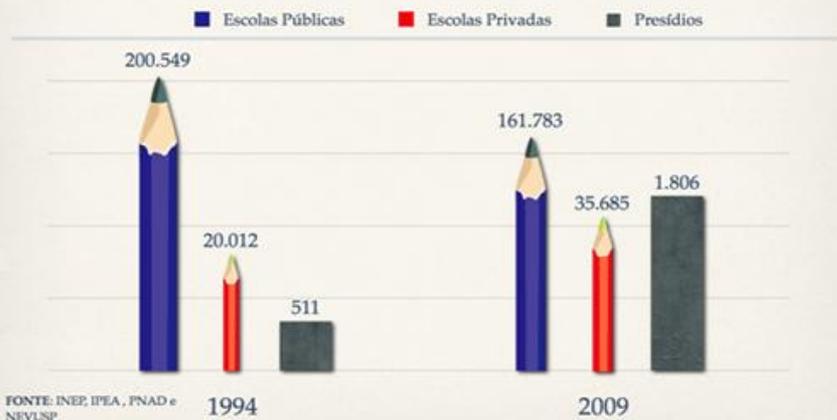
Entre e 1990 e 2012:

= aumento da população prisional de 508% (em 2012 a taxa de presos foi 283 por 100 mil habitantes, considerando a população de 193.946.886 habitantes estimada pelo IBGE para 2012). Ou seja, enquanto a população cresceu 1/3, a população carcerária mais que sextuplicou.

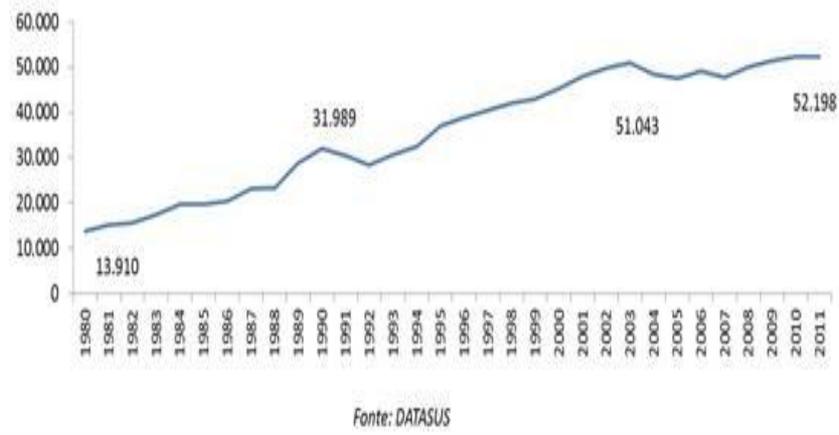
Entre 1980 e 2011:

= aumento de 275,3% de assassinatos anuais (de 13.910 em 1980 para 52.198 em 2011). Foram 1.145.651 assassinatos entre 1980 e 2011 .

Escolas x Presídios (1994 - 2009)



Número absoluto de homicídios - 1980 a 2011



DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO NAS PRISÕES

É necessário compreender que a construção de um sistema de ensino no ambiente prisional é algo contínuo e que os avanços são gradativos, levando-se em conta as diversidades do país.

O grande desafio é a oferta qualificada da educação para todos e todas, concebida como um direito humano indispensável, que obrigue a União, Estados e Municípios a oferecer padrões de qualidade iguais, dentro e fora da prisão.

“Afirmar que a educação é um direito de todos pode significar pouco em sociedades que Boaventura de Sousa Santos já qualificou como ‘politicamente democrática, mas socialmente fascista’ (2002). Por isso, é preciso disposição e até mesmo certo grau de coragem para explorar as fronteiras nas quais reside o esquecido, o invisível” (Projeto Educando para a Liberdade, p. 30).

É preciso vontade de incluir.

Além disso precisamos vencer os seguintes desafios:

DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO NAS PRISÕES

- A ausência da legitimação e pactuação de diretrizes nacionais que oriente as ações educativas prisionais nos estados;
- A precariedade material com as quais as iniciativas esparsas de educação prisional têm que conviver, a ausência de profissionais especificamente capacitados para este fim;
- A falta de compreensão por parte dos profissionais penitenciários da importância da educação para os fins do tratamento penitenciário;

DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO NAS PRISÕES

- A implementação da articulação das políticas públicas que possibilitem atender ao preso e sua família, com estratégias de regulação social, dado o descontrole da população carcerária;
- O enfrentamento do desafio da articulação em nível federal entre ministérios e em nível estadual e municipal entre secretarias;
- Ampliação dos vínculos dos estabelecimentos penais com as universidades e as organizações da sociedade civil;

DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO NAS PRISÕES

- Implementação de uma política nacional e integral de educação no sistema prisional, não se restringindo apenas a projetos isolados;
- Fortalecimento do trabalho intersetorial e interinstitucional dos diversos agentes governamentais e não-governamentais;
- Uma política nacional de incentivo remuneratório e capacitação específica dos docentes do sistema prisional;
- Cumprimento da lei de execução penal, garantindo assistência judiciária;

DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO NAS PRISÕES

- Construção de um currículo ajustável à realidade das unidades federativas e prisionais, oferecendo valores humanos como referências para a comunidade prisional;
- Incentivo à continuidade de pesquisas e metodologias específicas;
- Promoção de um processo educativo que considere os interesses e as necessidades de aprendizagem da população carcerária e quais os limites que a situação impõe sobre esse processo, sem a visão reducionista da escolarização;
- Oferta de educação que, além de seus aspectos formais de conteúdos adequados de formação e maturidade dos educandos, contribua para o desenvolvimento da capacidade de recuperação psicológica e social(resiliência);

DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO NAS PRISÕES

- Formação contínua dos profissionais da execução penal, sejam diretores, agentes, enfermeiros e médicos, assistentes sociais, advogados, etc.;
- Elaboração do Projeto Pedagógico das unidades de ensino e capacitação dos profissionais especificamente para a educação em prisões;
- Envolvimento das famílias das pessoas presas no processo educacional e desenvolvimento de uma política de acompanhamento dos processos educativos após a recuperação da liberdade;

CONSIDERAÇÕES FINAIS

- *“Já me tiraram a comida e o sol, já levei chute e bofetada [...] arrancaram a roupa de minha mãe. Não tem mais o que tirar de mim, só ódio.”* (relato do preso J.M. E., 31 anos).
- Nietzsche dizia que somos animais domesticados. Os presídios brasileiros parecem priorizar a animalidade, em detrimento da civilização (domesticação). Vence a barbárie, não a civilização. (GOMES, 2014).
- *“Costuma-se dizer que ninguém conhece verdadeiramente uma nação até que tenha estado dentro de suas prisões. Uma nação não deve ser julgada pelo modo como trata seus cidadãos mais elevados, mas sim pelo modo como trata seus cidadãos mais baixos”.* (MANDELA, 1994).

A educação (IRELAND, 2011):

- Ocupa o tempo e a mente de quem tem tempo de sobra e pode ter um efeito terapêutico no sentido de diminuir os conflitos e as tensões dentro do presídio;
- Contribui na mudança de comportamento e prepara os presos para uma reentrada mais produtiva e ética na sociedade ao concluir a sentença;
- Pode ajudar a diminuir a reincidência, cujo custo social e financeiro é alto para a sociedade.

Educação em prisões, como direito, é inerentemente contraditória; por isso, permanece como desafio para as nossas sociedades.

Conselho Nacional dos Secretários de Educação - CONSED

SDS/CONIC – Ed. Boulevard Center / sala 501

CEP 70391-900 - Brasília/DF

Tel. (61) 2195-8650

Fax. (61) 2195-8661

consed@consed.org.br

Leuzinete Pereira da Silva

leuzineteps@educacao.ma.gov.br

(98) 9151 6150